

OPINIÃO

CRÔNICAS E ARTIGOS

Hora e a vez de ajustar a previdência pública



Raul Velloso
consultor econômico

Volto à discussão da busca de equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes próprios de previdência subnacionais, os RPPS, onde, especialmente nos últimos anos, se observam déficits previdenciários financeiros elevados e crescentes. Um exame cuidadoso do assunto é algo que se impõe tanto porque há exigências legais de certas providências a serem adotadas para arrumar a casa, como porque esse é talvez o único caminho seguro para uma mais rápida retomada dos investimentos públicos e, portanto, do crescimento econômico em nosso país.

Cabe lembrar, na sequência, e para piorar o quadro, que fomos atingidos por uma pandemia jamais vista anteriormente, havia-se imposto à União um teto de crescimento dos gastos difícil de cumprir, e não se aceita que ela se endivide mesmo que seja apenas para investir.

Se tomarmos o caso concreto do Estado de São Paulo para exemplificar (lembrando que estados e municípios têm bem menor capacidade de administrar déficits que a União, pois esta emite moeda e eles não), é chocante verificar quantos entes de grande dimensão e idade continuam atrasados em matéria de organização ou de aplicar a lógica previdenciária.

Sem ter feito muito lá atrás, São Paulo conseguiu organizar uma previdência complementar (como as das grandes estatais), que é a etapa final do processo, e só depois começou a arrumar seu velho regime de repartição simples, que se aplicava ao grosso dos seus servidores, em que se arrecadam contribuições destes de um lado, e pagam-se benefícios aos que se aposentam ou viram pensionistas, do outro.

Uma maior arrumação do regime antigo se tornou possível via a Emenda 103/19, a última das reformas estruturais aprovadas pelo Congresso, que obrigou os entes subnacionais a



ARTE PAULO MÁRCIO

“Um exame cuidadoso do assunto é algo que se impõe tanto porque há exigências legais de certas providências a serem adotadas”

aumentar as contribuições dos servidores para 14%, mas deixou que os demais itens fossem submetidos às respectivas assembleias legislativas regionais. São Paulo submeteu e aprovou todos os demais itens, exceto um, aquele que permitiu que fossem cobradas contribuições suplementares dos servidores, algo que até então não era permitido.

Que caminhos um estado antigo para efeito de previdência, como São Paulo, deveria ter seguido começando lá atrás em sua linha do tempo? O que deveria ser feito e não se fez até agora, a não ser parcialmente? Desde muito, São Paulo, como a grande maioria dos demais, e além de aplicar o máximo das reformas de regras que

viesses a ser aprovadas inicialmente para a União, deveria ter criado um segmento de capitalização para aplicar a solução única e definitiva dos problemas previdenciários, ou seja, pagar seus benefícios com base em poupança acumulada anteriormente, seja pelo empregador, seja pelos empregados.

Posteriormente seria a hora e a vez de destinar receitas novas como as de securitização e monetização de ativos, para ir transferindo gradativamente toda a população mais antiga de servidores para o fundo capitalizado, com benefícios a serem cobertos com as receitas de safra mais recente, sem falar na fixação de contribuições suplementares seja dos empregadores, seja dos empregados.

1º de maio: luta para não viver de luto



Duda Quiroga
vice-pres CUT-RJ e dir. SEPE-RJ e SinproRio

Da tristeza da perda e ausências, a insegurança com empregos e condições dignas de sobrevivência. Um verdadeiro caos, em que todos perdemos colegas, muitos perderam empregos, e a maioria dorme sem enxergar a luz no fim do túnel que a vacinação poderia representar.

Enquanto o Brasil registrou dez novos bilionários desde março de 2020 (segundo a Revista Forbes), justamente quando começou oficialmente a pandemia do novo coronavírus, a taxa de desemprego no país chegou a quase 15% no primeiro trimestre de 2021, de acordo com o IBGE. Diante deste cenário, como o governo Bolsonaro trata a classe trabalhadora? Patinando para entregar um auxílio emergencial drasticamente reduzido, e sem garantir medidas de seguridade social.

Ao invés de seguir a Ciência, com vacinação em massa, distanciamento social e uso de máscaras, a estratégia do Poder Executivo nas três esferas (federal, esta-

Aqui é preciso dizer objetivamente: como professora, afirmo, queremos trabalhar. Mas com segurança para evitar contaminação

dual e municipal) foi se eximir de culpa e tentar diminuir o papel do Estado como provedor de políticas públicas. Um exemplo disso é a PEC 32 (Reforma Administrativa), que visa fragilizar servidores e sucatear o atendimento público à população.

Na Educação, fomos taxados de “vagabundos” (Ricardo Barroso - Progressistas) por parlamentares quando nos recusamos a voltar às aulas presenciais. Isso mesmo diante de um estudo realizado em São Paulo que aponta incidência três vezes maior de contaminação entre profissionais de Educação. Aqui é preciso dizer objetivamente: como professora, afirmo, queremos trabalhar. No entanto, políticas como o veto ao PL da Internet Grátis Para Alunos e Professores representam um apagão.

Mesmo diante do caos descrito até aqui, é possível transformar nossa indignação em ação coletiva. Vide o caso da Cedae. Após anos de investida por sua privatização, trabalhadores e cidadãos ainda resistem em torno de um interesse comum. Água não é mercadoria. Educação e Saúde também não.

Continuaremos resistindo. Livro na mão, vacina no braço e comida no prato é a nossa luta diante do caos.

Estado amigo dos animais



Marcelo Queiroz
sec est Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

Embora sempre tenham ocupado um lugar de destaque nas nossas vidas e nos nossos corações, a relação dos animais de estimação com os seus tutores veio se transformando ao longo dos últimos anos. Hoje, além de fazerem parte da família, eles participam da rotina e influenciam muito nas decisões de compra e consumo. Diversos estudos, inclusive, apontam que quase metade dos donos de pets deixam de frequentar lugares que não aceitam seus bichinhos.

Foi justamente diante dessa realidade que a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento, atualmente responsável pelas políticas de proteção e bem-estar animal (RJPET), desenvolveu o selo “Amigo Pet/Pet Friendly”.

A certificação, abraçada de imediato pelo governador Claudio Castro, que tem sido grande apoiador das políticas em prol dos animais, possui o objetivo de identificar os estabelecimentos que se preocupam em receber bem os bichinhos de estimação, permitindo a entrada e permanência deles com uma estrutura adequada.

O selo teve adesão maciça de entidades representativas dos setores de comércio de bens e serviços (Fecomércio-

“O selo estimula a adoção, valoriza o empreendimento e se torna um importante incentivador ao turismo”

-RJ), hotéis (ABIH e SindHotéis) e bares e restaurantes (SindRio e Abrasel) e vem ganhando corpo nas cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro.

O que impressiona é que, lançado em dezembro de 2020, o certificado foi muito bem aceito entre os empreendedores que entenderam que os animais de estimação podem atrair clientes e potencializar seu negócio. Atualmente, foi alcançada a marca de mil empreendimentos certificados em todo estado.

Mais do que permitir a entrada dos pets nos estabelecimentos, o selo estimula a adoção, valoriza o empreendimento e se torna um importante incentivador ao turismo, gerando impactos positivos no desenvolvimento econômico.

O DIA

DISQUE REDAÇÃO: 2222-8069 E 98921-1888

ASSINATURA E ATENDIMENTO AO LEITOR: 2222-8600/2222-8650/2222-8651

PRESIDENTE
Alexandre Rodrigues

EDITOR-EXECUTIVO
Bruno Ferreira

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Paulo Ricardo Moreira

EDITORES-ASSISTENTES
Max Leone e Ana Carla Gomes

DESIGNERS
Amaro Prado,
Amaro Prado Junior,
Celso Reis,
Marcela Musse e Thiago Ladeira

INFOGRAFISTAS
Francisco Silva e
Paulo Márcio Esper

DEPARTAMENTOS:

Agência O DIA: E-mail: agencia@odia.com.br.
Venda de fotos e textos: 2222-8021, 2222-8560 e 2222-8265.
Fax Diretoria: 2507-1038.

Parque Gráfico: 3891-6000. Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfica. **Gerência Industrial:** 3891-6002.
Gerência de Circulação e Logística: 3891-6005.

Preço de venda em banca: RJ, MG, SP e ES: R\$ 1,50 (dias úteis) e R\$ 3 (domingos). Distrito Federal: R\$ 3,60 (dias úteis) R\$ 4,40 (domingos). Demais estados: R\$ 4,20 (dias úteis) R\$ 5,10 (domingos)

Exemplares atrasados: Capital: Preço de capa - Demais localidades: preço de capa + postagem. Mais informações: Tels: (21) 2222-8086/2222-8136 - Central de Promoções - Av. Dom Hélder Câmara 164 Benfica, (Parque Gráfico O DIA) - das 9h às 17h.

São Paulo: Avenida Irajá 300 - Sala 306 - Indianópolis. CEP: 04082-000. Tels: 11 94704-2393 / 11 99623-7645 / 11 99973-8313.
Brasília: Tel: (61) 9920-91891.

Promoções: promoco@odia.com.br
Classificados: Tel: 2532-5000 / WhatsApp: 98762-8279 - De 2ª a 5ª das 9 às 18h e 6ª das 9h às 19h. Todos os cadernos de classificados somente circulam na cidade do Rio e no Grande Rio.

Anúncios de Noticiário: 2222-8191 / 2222-8631 / 2222-8388.

Anúncios para o Interior: 2222-8279 - Negociações com agência: 2222-8388.

Outros estados: 2222-8279 - De 2ª a 6ª, das 10h às 18h.

Atendimento ao jornalista: 3891-6012 - De 2ª a 6ª, das 8h às 12h30 e das 13h30 às 17h.

Editora O DIA LTDA Av. Dom Hélder Câmara, 164 Benfica - Rio de Janeiro - RJ.

O DIA é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC).